

OF CONTRAF CUT-CUT 01714

São Paulo, 06 de fevereiro de 2014.

**Ao
Ministério da Justiça
Gabinete do Ministro
Att. do Dr. José Eduardo Cardozo
Brasília – DF**

Excelentíssimo Senhor Ministro:

Ref.: Novo modelo de agências sem vigilantes do Itaú.

Ao saudarmos Vossa Excelência, tomamos conhecimento, com enorme preocupação, de que o Itaú está implantando, sem qualquer discussão com o movimento sindical, um novo modelo de agências “de negócios”, onde trabalham bancários, funcionam caixas eletrônicos, mas não existem vigilantes nem portas de segurança e outros equipamentos de segurança.

Já ficamos sabendo de que uma dessas agências, inclusive localizadas em shoppings, foi assaltada, trazendo medo e insegurança para funcionários e clientes do banco. A violência aconteceu no último dia 29 de janeiro, em Londrina (PR). Os bandidos atacaram e roubaram os pertences pessoais dos trabalhadores.

Várias agências estão sendo alvos de protestos dos sindicatos, como ocorreram nesta semana em São Paulo, sendo que uma agência nesta cidade encontra-se paralisada desde o dia 31 de janeiro. Os bancários estão trabalhando em estabelecimentos completamente inseguros, colocando diariamente em risco as suas vidas. Várias denúncias já foram protocoladas pelas entidades sindicais nas Delegacias de Controle de Segurança Privada (Delesp).

Avaliamos que esse modelo vulnerável de agências descumpra a lei federal nº 7.102/83, na medida em que há movimentação de numerário diante da existência de caixas eletrônicos, onde ocorrem operações de abastecimento e saques em dinheiro. Além disso, os bancários que trabalham nessas unidades não possuem segurança e se encontram expostos a riscos de assaltos, como já aconteceu no Paraná.

A instalação da porta de segurança e a presença de vigilantes são hoje indispensáveis para trazer segurança aos bancários e clientes. É inadmissível que um banco, que apresentou lucro recorde de R\$ 15,8 bilhões em 2013, coloque em risco a vida de trabalhadores e clientes.



Isto posto, solicitamos-lhe que sejam tomadas medidas por parte do Ministério da Justiça e da Polícia Federal para fiscalizar essas agências e fazer com que o banco adote procedimentos de segurança para proteger a vida das pessoas.

Atenciosamente

Carlos Cordeiro
Presidente

Ivone Silva
Secretária-geral